

ASSENTADOS E TRABALHADORES RURAIS: AS COOPERATIVAS E O MST.

Andréia ROVIERO¹

Apresento neste trabalho uma inquietação que me ocorreu a partir de pesquisa sobre segurança alimentar realizada em 12 assentamentos de reforma agrária da região norte do Estado de São Paulo². O levantamento de dados do qual participei, foi realizado por um grupo de estudantes de graduação da UNESP de Jaboticabal no ano de 2012 e coordenado pela Prof. Dra. Regina Camargo, do departamento de Economia Rural da mesma universidade.

A pesquisa buscou levantar dados sobre a pauta de a segurança alimentar nesses assentamentos com a utilização da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) que apontou que no Brasil as terras destinadas à agricultura familiar estão em desvantagens diante as grandes propriedades monocultoras. Desvantagem de 38% do valor bruto da produção agrícola do país. Os questionários foram divididos em três partes; a primeira como era a alimentação do entrevistado antes do assentamento; como era quando tinha doze anos de idade; e por último como é a alimentação atualmente.

Partindo da experiência de campo surgiram inquietações, como sempre acontecem verificadas a partir de constatações empíricas. Uma delas é que cada assentado foca e prioriza principalmente o trabalho em seu lote, formando uma espécie de micro totalidade. Mutirões e trabalhos coletivos não fazem parte do cotidiano da maioria dos assentamentos visitados. Considerando a história de luta pelas terras dentro do MST, ações coletivas e mutirões de trabalho coletivos sempre foram relevantes. Com o lema: “ocupar, resistir e produzir”, e do trabalho coletivo que se ergue as bases da conquista da terra.

Na região norte do Estado mais do que o MST, é o movimento sindical que articulou a luta de conquista pela terra e pelo processo de articulação e fixação nos lotes. Minha hipótese é que o distanciamento entre os assentados com seus cotidianos de um lado e o movimento com suas bandeiras de luta e articulação coletiva de outro, é o fator principal de crescimento do individualismo nestes assentamentos. Existe uma lacuna nas pautas de discussões políticas entre os mais variados grupos, e também de investimentos em maiores atividades de

¹ Graduanda em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901- aroviero@gmail.com

² Cidades e assentamentos visitados até o momento; Motuca- Monte Alegre (1,2, 3, 4 e 5), Restinga – Boa Sorte; Jaboticabal – Córrego Rico, Colômbia – Formiga e Perdizes; Pradópolis – Guarani; Matão – Silvânia; Bebedouro – Bebedouro Reage Brasil.

interação, como, cursos profissionalizantes, atividades em grupo, reuniões de práticas sustentáveis, de uso correto do solo, entre tantas possíveis. Os assentados tem suas preocupações voltadas prioritariamente para ações individualizadas e isoladas.

As cooperativas agrícolas surgem como forma de associação entre trabalhadores rurais em assentamentos. São cooperativas que surgem e atuam dentro do Movimento dos trabalhadores rurais sem Terra. Desde o surgimento de suas bases é a cooperação e o cooperativismo como tal que organiza a produção dentro do MST. É via a cooperação movimento cooperativado que famílias se fixam em seus lotes. Assim, o MST baseou-se em concepções Kautskianas para estabelecer a “Teoria da Organização no Campo”.

O cooperativismo não foge a lógica do mercado. Mas mesmo visando o lucro tem um papel estruturador político-organizacional. De tal modo que para que diminuição da pobreza no campo o MST criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), responsável pela implantação das cooperativas, e define: “[...] cooperação é igual à cooperativa ou dá-se através dela” (BORGES apud CONCRAB, 1999, p.32). E foi através da Cooperação Agrícola (CA) que o movimento disponibilizou e institucionalizou as cooperativas com intuito de alcançar todos assentados. Assim, em 1992, o MST consolidou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB.

O problema que a meu ver ainda persiste é que ao se legitimar, a ação das cooperativas libera também a lógica dos lucros fazendo com que o próprio MST se torne ambíguo neste ponto, pois apresenta, “[...] a viabilidade econômica dos assentamentos e a construção de um novo sujeito, pautado por valores coletivos, foram os principais eixos do modelo cooperativista.” (BORGES, 2010, p.01).

Também com relação a divisão do trabalho estas experiências são ambíguas, pois a apropriação dos lucros é privada, mas o desenvolvimento da agricultura necessita constantemente de aprimoramentos e modernização que exige organização coletiva na produção.

O MST como idealizador de bases socialistas deve atender aos ideais cooperativistas implementando divisões de conceitos e ampliando a comunicação e interação. Com a perda de identificação do homem dentro do próprio movimento, é produzida a desintegração que prejudica o trabalhador individualmente e o movimento.

O distanciamento do MTS enquanto articulador de ideias e de posicionamentos entre assentados e assentamentos desencadeia brechas na comunicação com o Estado, individualizando e restringindo as possibilidades de ação. Lembrando que as negociações

entre os acampados e assentados suas ações e perspectivas de cooperação com relação ao Estado via INCRA e ITESP é feita pelo movimento.

Em geral as cooperativas têm esta ambiguidade: por um lado integram os assentados diversificando a produção, por outro instigam a concorrência promovendo o espírito de competição e colocando o lucro como fundamental e indispensável.

As cooperativas devem focar a influência mútua e a união desses trabalhadores, incentivando culturas e práticas, promovendo a informação e a interação, articuladas às políticas públicas e os demais órgãos do Estado. Quem sabe aconteça ainda uma solidariedade capaz de reproduzir a realidade retratada pelo filme: *Um Sonho de Rose*, historia de uma mulher que lutou pelo seu espaço e reconhecimento. É necessário todos os dias criamos juntos um sonho tocando adiante um ideal como fez Rose.

Atualmente estou discutindo minha experiência de pesquisa junto à disciplina optativa do curso de pós-graduação em sociologia da UNESP, e elaborando monografia para conclusão do bacharelado no curso de Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS

BORGES, J. L. Bases históricas do cooperativismo no MST. **Revista Fato & Versões**, Uberlândia, v.2, n.3, p.157-173, 2010.

CONCRAB. Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999). **Caderno de Cooperação Agrícola**, São Paulo, n.8, p.32, 1999.